

EDITAL

A FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO PARANÁ – FUNEDS-PR, instituída pela Lei n.º 17.959/14, CNPJ n.º 24.039.073/0001-55, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

PREGÃO ELETRÔNICO: 016/2026 EXCLUSIVO PARA ME/EPP: LOTES 01 AO 09	Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas: Até 09 h 30 min do dia 24/02/2026 Início da sessão / disputa de lances: 10 h 00 min do dia 24/02/2026 Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.
--	--

1 OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a aquisição de materiais utilizados para a manutenção de instalações hidráulicas, visando atender as necessidades recorrentes do Hospital Regional do Sudoeste Walter Alberto Pecóits (HRS), pelo período de 12 (doze) meses.

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de R\$ 142.444,45 (cento e quarenta e dois mil e quatrocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos).

3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Dotação orçamentária: 3.3000.3001.10.302.3.2.3
Elemento da despesa: 3.3.90.30
Fonte: 1 (Tesouro do Estado/SESA)

4 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações [compras.gov](https://www.gov.br/compras/pt-br). O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.gov.br/compras/pt-br>. O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br>.

Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) UYDIMYLA MIGUEL DE OLIVEIRA e equipe de apoio, designadas pela Resolução/Portaria n.º 107/2025, servidores do(a) FUNEDS.

E-mail: pregao.funeas@gmail.com

Endereço: Rua do Rosário, nº 144, 8º Andar, Centro, CEP 80.020-110, Curitiba-Paraná.

O atendimento será feito no horário das 08h30 às 12h00 e das 13h30 às 18h00.

5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:**5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:**

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> ou pelo e-mail pregao.funeas@gmail.com pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

6 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

6.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

6.2 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

EM CASO DE EVENTUAL DIVERGÊNCIA ENTRE A DESCRIÇÃO DO ITEM DO CATÁLOGO DO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR E AS DISPOSIÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA, PREVALECEM AS DISPOSIÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO**1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO**

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

2.1 Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o **VALOR MÁXIMO GLOBAL DO LOTE**, fixado no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2.1.1 Os valores que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote(s) serão desclassificados.

2.2. O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de **MENOR PREÇO**.

2.3 Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão desclassificadas.

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

4 PROPOSTA PARCIAL:

4.1. Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

5 RESERVA DE LOTES PARA ME E EPP:

Somente poderão participar da disputa do(s) lote(s) 01 (um), 02 (dois), 03 (três), 04 (quatro), 05 (cinco), 06 (seis), 07 (sete), 08 (oito) e 09 (nove), as empresas que se enquadrem na condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, conforme o disposto no art. 48, inciso I da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

As empresas que não estejam enquadradas na condição de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, poderão participar dos lotes classificados como de ampla concorrência.

Se a ME, a EPP ou a MEI for vencedora do(s) lote(s) reservado(s) e do(s) lote(s) de ampla concorrência, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço.

Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007, e para o microempreendedor

individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123, de 2006.

6 AMOSTRA:

Será exigida do arrematante amostra do(s) objeto(s) licitado(s), na forma do item 1.5 do Termo de Referência (Anexo I).

7 GARANTIA:

Não será exigida garantia da execução do contrato.

8 CONSÓRCIO:

Será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, atendidas as condições do art. 15 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e do Decreto n.º 10.086, de 2022 e aquelas estabelecidas neste edital, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

8.1 As empresas consorciadas deverão ter objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado.

8.2 O arrematante entregará, junto com os documentos de habilitação:

a) o compromisso público ou particular registrado em cartório de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, que discriminará os poderes e encargos de cada consorciado e indicará a etapa do objeto a que cada um ficará responsável, com o respectivo percentual de participação;

b) documento com indicação da empresa responsável pelo consórcio, a qual deverá atender às condições de liderança, fixadas neste edital. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

8.3 Os Documentos de Habilitação (Anexo II) deverão ser apresentados por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, também na proporção de sua respectiva participação.

8.4 A empresa consorciada está impedida de participar desta licitação por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente, inclusive na condição de subcontratada de outro licitante.

8.5 Os integrantes do consórcio respondem de forma solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato.

8.6 A empresa líder será a representante do consórcio perante a Contratante e deverá subscrever a proposta de preços, em nome do consórcio.

8.7 Qualquer uma das consorciadas poderá apresentar, em nome do consórcio, a garantia da execução, quando exigida.

8.8 O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitado, até sua aceitação definitiva.

8.9 Estará impedida de participar do consórcio a empresa na qual figure, entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios, pessoa que seja funcionário, diretor, responsável técnico ou sócio de outra empresa consorciada.

8.10 Tratando-se de consórcio, o licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio no órgão oficial competente, nos termos do compromisso."

10 ANEXOS:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo IV – Modelo de Procuração;
- Anexo V – Modelo de Declaração;
- Anexo VI – Locais de Entrega;
- Anexo VII – Anexo à Nota de Empenho;
- Anexo VIII – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP.
- Anexo IX – Declaração LGPD.

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do Governo Federal, na página <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.2 O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.3 O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br>, conforme instruções que podem ser obtidas na página <https://www.gov.br/compras/pt-br> ou, ainda, por meio dos telefones **0800.978.9001** para Capitais e Regiões Metropolitanas e **0800.978.9001** para demais localidades (suporte técnico).

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br> implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 1 - Das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6 O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3 PROPOSTA INICIAL

3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1 o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

3.1.2 a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

3.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3 Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.5 O(a) Pregoeiro(a), verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário e total do item ou valor global;

4.1.2 Marca;

4.1.3 Fabricante;

4.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a **180 (cento e oitenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.6 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

- 5.4** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.
- 5.5** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5.1** O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.
- 5.6** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (um centavo de real)
- 5.9** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.10** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.
- 5.11** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.12** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.13** O Critério de julgamento adotado será o *menor preço (ou maior desconto)*, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 5.14** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.15** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.16** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 5.17** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 5.18** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 5.18.1** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.18.2** O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.18.3** É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.
- 5.19** Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 6.1** Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.
- 6.2** O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V da citada Instrução, sob pena de desclassificação.
- 6.3** Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 6.3.1** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos

encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.6 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

6.6.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

6.6.3. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.6.3.1 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.6.3.2 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a), ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.6.3.3 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.6.3.4 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

6.6.3.5 Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 30 (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas ou incorporadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

6.6.3.6 Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

6.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.8 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9 O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.9.1 Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.10 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

6.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo II), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

8.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

8.1.2 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

8.1.2.1 Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

8.1.3 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.4 Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2 Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

9. OS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa de antecedente a adjudicação.

9.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.2 A não apresentação das razões recursos no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

9.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>.

9.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

10.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

11.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de 03 (três) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

11.2 Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

11.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

11.4 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

11.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 11.2 e 11.4 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

11.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

11.5.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

11.6 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

11.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \cdot I = \frac{(6/100)}{365} \cdot I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa
anual = 6%.

11.8 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

12.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

12.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

12.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

13 DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

13.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

13.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

13.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

13.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

13.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

13.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

13.8 O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

13.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

13.10 O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, 09 de fevereiro de 2025.

GERALDO GENTIL BIESEK
Diretor Presidente – FUNFEAS

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

1.1 Trata-se de Aquisição de materiais utilizados na manutenção das instalações hidráulicas, visando atender as necessidades recorrentes do Hospital Regional do Sudoeste Walter Alberto Pecóits (HRS) pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações da planilha abaixo:

LOTE 1 – EXCLUSIVO ME/EPP						
Item	Cód. GMS	Descrição	Quantidade	Unidade de medida	Valor unitário	Valor total
01	4501 - 5114	Torneira, TIPO: Jardim, COMPOSIÇÃO: Latão, ACABAMENTO: Cromado, BITOLA DE SAÍDA: 3/4", BICO: Rosqueável, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Para fixação na parede, com adaptador para mangueira, UNID. DE MEDIDA: Unitário	30	Unitário	R\$ 39,59	R\$ 1.187,70
02	4501-37384	Torneira de cozinha 1/2" e 3/4", Instalação: parede, Aspecto: Cromada, Bica alta giratória: rotação de 360°, Bitola: 3/4" com adaptador para 1/2" incluso, Acionamento: 1/4 de volta, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: Temperatura máxima da água: 70°C, UNID. DE MEDIDA: Unitário	30	Unitário	R\$ 64,21	R\$ 1.926,30
03	4501-45539	Torneira, Para lavatório, Automática de pressão, Composição: corpo e botão em metal cromado, Acabamento: liso, Bitola de saída: 1/2", UNID. DE MEDIDA: Unitário	150	Unitário	R\$ 93,04	R\$ 13.956,00
04	4501-55201	Reparo completo, para torneira com acionamento Pressmatic, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: Demais informações de acordo com Órgão Solicitante, UNID. DE MEDIDA: Unitário	200	Unitário	R\$ 44,93	R\$ 8.986,00
05	4501-55221	Conexão, TIPO: Reparo Tipo Carrapeta 1/2, Para torneira de jardim, Universal, UNID. DE MEDIDA: Unitário	150	Unitário	R\$ 8,08	R\$ 1.212,00
06	4501-87942	Torneira, TIPO: Misturador Clínico, Bica Móvel, MATERIAL: Metal Cromado, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: Tipo de Bancada com Acionamento por Cotovelo, UNID. DE MEDIDA: Unitário	40	Unitário	R\$ 108,50	R\$ 4.340,00
07	4501 - 10123	Torneira, COMPOSIÇÃO: Plástico, ACABAMENTO: Liso, BITOLA DE SAÍDA: 3/4", CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Para fixação na parede, UNID. DE MEDIDA: Unitário	80	Unitário	R\$ 17,46	R\$ 1.396,80
Valor total do lote (critério de aceitabilidade)						R\$ 33.004,80

LOTE 2 - EXCLUSIVO ME/EPP						
Item	Cód. GMS	Descrição	Quantidade	Unidade de medida	Valor unitário	Valor total
01	4501-73983	Kit reparo, USO: Caixa de descarga acoplada, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: Demais informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo, UNID. DE MEDIDA: Unitário	200	Unitário	R\$ 57,74	R\$ 11.548,00
02	4501-10471	Fita Veda Rosca, Rolo, DIMENSÃO: 18mm X 50m, UNID. DE MEDIDA: Unitário	50	Unitário	R\$ 12,77	R\$ 638,50
03	4501-55167	Anel de vedação, Material: 100% cera de parafina, para vedação de vaso sanitário, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: Guia que facilita a instalação, elimina o mau cheiro, dispensa uso de bolsa plástica, EMBALAGEM: Blister, UNID. DE MEDIDA: Unitário	120	Unitário	R\$ 13,44	R\$ 1.612,80
04	4501-37274	Mecanismo Saída Universal, MEDIDA: Rosca de saída 2.1/2", Altura ajustável de 210mm a 330mm, MATERIAL: Vedante de silicone, Indicado para todos os modelos de caixas acopladas, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Acompanha vedante, Sachê de silicone e conjunto de fixação para caixas acopladas, Extravasor com altura ajustável (ladrão), EMBALAGEM: Saco Plástico, UNID. DE MEDIDA: Unitário	250	Unitário	R\$ 44,10	R\$ 11.025,00
05	4501-37731	Mecanismo universal completo para caixa de descarga acoplada, Sistema simples, Torre de entrada e torre de saída com boia integrada: 210 mm, Filtro na parte inferior da torre de entrada: 180 mm, Rosca de entrada: 1/2", Rosca de saída: 2.1/2" (60 mm), Extravasor com altura ajustável (ladrão): de 210 mm a 330 mm, Sistema telescópico para regulagem de altura: de 160 mm a 275 mm, Mecanismo Acionador: 52 mm (diâmetro), Sistema de Cabo: 330 mm (G), Porca: 3,3 mm (diâmetro), Canopla: 23 x 31 mm, Botão: 21 x 38 mm, Corpo: 245 mm (D), Anel de Vedação: 3 mm (diâmetro), Arruela: 3,3 mm (diâmetro), Porca da Torre: 3,3 mm (diâmetro), Tubo Ajustável e Trava: 180 mm, UNID. DE MEDIDA: Unitário	180	Unitário	R\$ 120,40	R\$ 21.672,00

Protocolo: 24.485.391-9

Pregão Eletrônico nº 16/2026

(página 1 de 36)

06	4501-55202	Reparo para castelo de saída, com acionamento superior, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: Demais informações de acordo com Órgão Solicitante, UNID. DE MEDIDA: Unitário	80	Unitário	R\$ 27,53	R\$ 2.202,40
07	4501-37276	Botão de Acionamento Superior ABS, Para substituição em caixa acoplada, Encaixe perfeito, Cromado, EMBALAGEM: Fácil instalação, UNID. DE MEDIDA: Unitário	150	Unitário	R\$ 30,64	R\$ 4.596,00
Valor total do lote (critério de aceitabilidade)						R\$ 53.294,70

LOTE 3 – EXCLUSIVO ME/EPP

Item	Cód. GMS	Descrição	Quantidade	Unidade de medida	Valor unitário	Valor total
01	5101-43395	Lâmina de serra manual, USO: Para arco de serra, MATERIAL: Aço, DIMENSÃO: Comprimento: 300mm, UNID. DE MEDIDA: Unitário	100	Unitário	R\$ 10,59	R\$ 1.059,00
02	5101-5047	Arco de serra, Manual, MEDIDA: Lâmina 12"x1/2"x24T, serra 300mm, COMPOSIÇÃO : Aço e polipropileno, UNID. DE MEDIDA: Unitário	5	Unitário	R\$ 31,93	R\$ 159,65
Valor total do lote (critério de aceitabilidade)						R\$ 1.218,65

LOTE 4 – EXCLUSIVO ME/EPP

Item	Cód. GMS	Descrição	Quantidade	Unidade de medida	Valor unitário	Valor total
01	4501-23003	Tubo, PVC, Soldável, DIÂMETRO: 25 mm, COMPRIMENTO: 6 m, UNID. DE MEDIDA: Unitário	40	Barra de 6 metros	R\$ 19,80	R\$ 792,00
02	4501-10153	Conexão, TIPO: Joelho soldável, ÂNGULO: 90°, DIÂMETRO: 25mm, MATERIAL: PVC, COR: Marrom, USO: Em instalações hidráulicas, UNID. DE MEDIDA: Unitário	50	Unitário	R\$ 0,62	R\$ 31,00
03	4501-5054	Conexão, TIPO: Tê, ÂNGULO: 90°, MATERIAL: PVC, soldável, DIÂMETRO: 50mm, APLICAÇÃO: Conduzir água fria em sistemas prediais, UNID. DE MEDIDA: Unitário	30	Unitário	R\$ 12,37	R\$ 371,10
04	4501-20821	Cola, Para cano, COR: Branca, COMPOSIÇÃO: A base de PVA e água Não tóxica, PESO: 175g, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Lavável com bico regulador da abertura, UNID. DE MEDIDA: Unitário	10	Unitário	R\$ 13,65	R\$ 136,50
05	8004-34028	Cola, TIPO: Adesivo instantâneo, ASPECTO: Incolor, APRESENTAÇÃO: Líquida, COMPOSIÇÃO: À base de cianoacrilato, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Com bico aplicador e tubo rígido com tampa, UNID. DE MEDIDA:	30	Unitário	R\$ 22,26	R\$ 667,80

Protocolo: 24.485.391-9

Pregão Eletrônico nº 16/2026

(página 1 de 36)

		Unitário			
Valor total do lote (critério de aceitabilidade)					R\$ 1.998,40

LOTE 5 – EXCLUSIVO ME/EPP						
Item	Cód. GMS	Descrição	Quantidade	Unidade de medida	Valor unitário	Valor total
01	4501-52983	Assento sanitário, FORMATO: Arredondado, COR: Branco, MATERIAL: MDF de média densidade e alta durabilidade, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: Ferragem de aço inoxidável, Compatível com a Linha Vogue Plus, distância entre furos 15,5 cm, UNID. DE MEDIDA: Unitário	250	Unitário	R\$ 146,42	R\$ 36.605,00
02	4501-55200	Assento Sanitário, Para cadeira de banho, Material: polipropileno, adaptável para cadeira de banho hospitalar, UNID. DE MEDIDA: Unitário	30	Unitário	R\$ 47,19	R\$ 1.415,70
03	5301-106339	Kit de fixação, USO: Vaso sanitário, COMPOSIÇÃO: Parafuso e bucha, TIPO: Rosca soberba, CABEÇA: Sextavada, Parafuso: 5" x 65mm, Bucha: 8mm, MATERIAL: Latão, EMBALAGEM: Pacote com 2 parafusos e 2 buchas, UNID. DE MEDIDA: Unitário	80	Pacote com dois parafusos e duas buchas	R\$ 8,94	R\$ 715,20
Valor total do lote (critério de aceitabilidade)						R\$ 38.735,90

LOTE 6 – EXCLUSIVO ME/EPP						
Item	Cód. GMS	Descrição	Quantidade	Unidade de medida	Valor unitário	Valor total
01	5301-71265	Parafuso, TIPO: Sextavado, MATERIAL: Aço polido, DIMENSÃO: 1/4" x 40mm, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Com rosca soberba, UNID. DE MEDIDA: Unitário	4	Caixa com 50 parafusos	R\$ 40,63	R\$ 162,52
02	5301-14619	Parafuso, TIPO: Madeira, MEDIDA: 4,5x40mm, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Fenda simples, UNID. DE MEDIDA: Unitário	10	Caixa com 500 parafusos	R\$ 37,38	R\$ 373,80
03	4501-10627	Bucha, Para fixação em alvenaria e concreto, MATERIAL: Nylon, MEDIDA: S6, UNID. DE MEDIDA: Unitário	6	Pacote com 500 unidades	R\$ 13,87	R\$ 83,22
04	4501-13368	Bucha, Para fixação em alvenaria e concreto, MATERIAL: Nylon, MEDIDA: S10, UNID. DE MEDIDA: Unitário	2	Pacote com 500 unidades	R\$ 11,80	R\$ 23,60
Valor total do lote (critério de aceitabilidade)						R\$ 643,14

LOTE 7 – EXCLUSIVO ME/EPP						
Item	Cód. GMS	Descrição	Quantidade	Unidade de medida	Valor unitário	Valor total
01	4501-49020	Sifão, MATERIAL: Plástico, COR: branca, Flexível sanfonado, Universal,	500	Unitário	R\$ 10,93	R\$ 5.465,00

		Adaptável às válvulas de 1 polegada, 1.1/4 polegadas e 1.1/2 polegadas, Com saída de esgoto DN 38, 40, 48 e 50, UNID. DE MEDIDA: Unitário				
Valor total do lote (critério de aceitabilidade)						R\$ 5.465,00

LOTE 8 – EXCLUSIVO ME/EPP						
Item	Cód. GMS	Descrição	Quantidade	Unidade de medida	Valor unitário	Valor total
01	4501-64489	Torneira Elétrica, MATERIAL: Plástico, TENSÃO: 220V, UNID. DE MEDIDA: Unitário	30	Unitário	R\$ 130,71	R\$ 3.921,30
Valor total do lote (critério de aceitabilidade)						R\$ 3.921,30

LOTE 9 – EXCLUSIVO ME/EPP						
Item	Cód. GMS	Descrição	Quantidade	Unidade de medida	Valor unitário	Valor total
01	4501-106855	Válvula, TIPO: Esfera, com alavanca e manopla, BITOLA: 3", MATERIAL: Latão, UNID. DE MEDIDA: Unitário	4	Unitário	R\$ 385,62	R\$ 1.542,48
02	4501-27488	Registro, De Esfera, MATERIAL: PVC, BITOLA: 1 1/2, UNID. DE MEDIDA: Unitário	8	Unitário	R\$ 33,01	R\$ 264,08
03	4501-70496	Obturador Universal, USO: Saída de água, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: Demais informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo, UNID. DE MEDIDA: Unitário	80	Unitário	R\$ 29,45	R\$ 2.356,00
Valor total do lote (critério de aceitabilidade)						R\$ 4.162,56

Obs. 1: A disputa do lote se dará pelo Valor Global do Lote (Critério de Aceitabilidade de Preços).

Obs. 3: O valor do futuro contrato será a soma do valor global menos o desconto do valor proposto na fase de disputa do certame;

Obs. 2: O desconto resultante em percentual calculado: $\text{Desconto (\%)} = (1 - \text{Valor final da disputa} / \text{Valor global}) * 100$

Obs.8: Desconto obtido na sessão pública do pregão deverá ser aplicado linearmente a todos os itens no valor da proposta final enviada pela arrematante

O valor total do processo é de R\$ 142.444,45 (cento e quarenta e dois mil e quatrocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos).

1.1.1 ORÇAMENTO POR CENTRO DE CUSTO

UNIDADE	VALOR TOTAL
HRS	R\$ 142.444,45

1.1.2 Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.1.3 A presente contratação adotará como critério de aceitabilidade o valor global.

1.1.4 A presente aquisição será formalizada por Nota de Empenho.

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Lote	Item	Cód. BR	Cód. GMS	Descrição do Objeto	Exigências complementares	Normas Técnicas
------	------	---------	----------	---------------------	---------------------------	-----------------

01	01	620618	4501 - 5114	Torneira, TIPO: Jardim, COMPOSIÇÃO: Latão, ACABAMENTO: Cromado, BITOLA DE SAÍDA: 3/4", BICO: Rosqueável, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Para fixação na parede, com adaptador para mangueira, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Torneira tipo jardim; Dimensões compatíveis com instalações hidráulicas padrão de parede. Entrada: 1/2" BSP. Saída: 3/4" com adaptador; Acabamento resistente à oxidação e intempéries; Vedação eficiente; Latão cromado; Rosca padrão BSP (British Standard Pipe); Produto deve ser fornecido pronto para instalação; Rosca de 1/2 com adaptador para 3/4.	Produto deve atender às normas da ABNT NBR 10281 e NBR 10279 (torneiras e válvulas hidráulicas).
	02	627146	4501-37384	Torneira de cozinha 1/2" e 3/4", Instalação: parede, Aspecto: Cromada, Bica alta giratória: rotação de 360°, Bitola: 3/4" com adaptador para 1/2" incluso, Acionamento: 1/4 de volta, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: Temperatura máxima da água: 70°C, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Torneira de cozinha; Bica alta padrão – altura média entre 20 cm a 30 cm (pode variar conforme fabricante) Bitola: 3/4" com adaptador incluso para 1/2"; Estanqueidade garantida; Acabamento resistente à corrosão; Tolerância a água quente até 70°C; Metal com acabamento cromado; Bica giratória 360°; Registro com acionamento 1/4 de volta; Anel de vedação; Canopla (eventualmente incluída).	Produto deve atender às normas ABNT NBR 10281 (torneiras metálicas).
	03	233644	4501-45539	Torneira, Para lavatório, Automática de pressão, Composição: corpo e botão em metal cromado, Acabamento: liso, Bitola de saída: 1/2", UNID. DE MEDIDA: Unitário	Torneira automática de pressão; Modelo padrão de bancada – fixação vertical em lavatórios; Corpo e botão em liga metálica cromada; Sistema de vedação interno com retorno automático; Mola de pressão; Anel de vedação; Arejador interno; Sistema com fechamento automático temporizado (média de 6 a 10 segundos); Resistência a pressões mínimas e máximas de rede (ex: 0,2 a 4 bar); Alta durabilidade e resistência à oxidação; Estanqueidade garantida.	Produto deve seguir a NBR 13713 (instalações hidráulicas - torneiras de pressão automáticas)
	04	354044	4501-55201	Reparo completo, para torneira com acionamento Pressmatic, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: Demais informações de acordo com Órgão Solicitante, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Reparo compatível com padrão de fábrica de torneiras PressMatic; Mecanismo interno com mola; Sede de vedação; Anéis e juntas; Haste de acionamento; Retentores; Parafusos de fixação (quando aplicável); Seguir requisitos de estanqueidade e durabilidade.	O produto deve estar conforme os padrões da NBR 10281 para metais sanitários.
	05	257824	4501-55221	Conexão, TIPO: Reparo Tipo Carrapeta 1/2, Para torneira de jardim, Universal, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Conexão tipo carrapeta, modelo universal; Tamanho: 1/2" – rosca compatível com torneiras padrão; Vedação eficiente sem necessidade de ajustes adicionais.	Recomenda-se seguir normas ABNT NBR 10281 e NBR 5626 (instalações hidráulicas)
	06	394824	4501-87942	Torneira, TIPO: Misturador Clínico, Bica Móvel, MATERIAL: Metal Cromado, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: Tipo de Bancada com Acionamento por Cotovelo, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Torneira Tipo de Bancada com Acionamento por Cotovelo; Misturador de bancada, bica móvel (altura média ou baixa), acionamento clínico por haste longa para uso com cotovelo; Material externo: cromado; Componentes internos com vedação cerâmica ou elastomérica; Hastes longas (duas, para água quente e fria); Bica giratória com arejador; Porca de fixação para bancada; Vedação dupla;	Produto com conformidade com normas da ABNT NBR 10281 (metais sanitários) Pode requerer certificação ou ensaio de durabilidade conforme uso hospitalar

	07	384647	4501-10123	Torneira, COMPOSIÇÃO: Plástico, ACABAMENTO: Liso, BITOLA DE SAÍDA: 3/4", CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Para fixação na parede, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Torneira de plástico; Entrada de 3/4" (rosca BSP); bico para mangueira padrão com redução para 1/2"; Estanqueidade garantida.	Deve seguir normas técnicas de fabricação
02	01	398129	4501-73983	Kit reparo, USO: Caixa de descarga acoplada, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: Demais informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Kit reparo de caixa de descarga acoplada; Compatível com caixas padrão (bitolas 1/2", dimensões universais) Sistema de Entrada (mecanismo de entrada com boia); Sistema de Saída (mecanismo de descarga); Botão de acionamento (superior ou lateral); Borracha de vedação (anéis e gaxetas); Parafusos e elementos de fixação; Kit universal, compatível com caixas padrão de cerâmica ou plástico; Fácil instalação, preferencialmente sem necessidade de ferramentas especiais de fixação.	Deve atender às normas técnicas NBR 15097-1 e 2 (mecanismo para caixas de descarga acopladas)
	02	615103	4501-10471	Fita Veda Rosca, Rolo, DIMENSÃO: 18mm X 50m, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Fita veda rosca; Produto atóxico, resistente à temperatura e à pressão de sistemas hidráulicos; tamanho: 18 mm x 50 metros	Deve atender à norma ABNT NBR 16368 (para fita veda rosca de PTFE)
	03	628087	4501-55167	Anel de vedação, Material: 100% cera de parafina, para vedação de vaso sanitário, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: Guia que facilita a instalação, elimina o mau cheiro, dispensa uso de bolsa plástica, EMBALAGEM: Blister, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Anel de vedação; Padrão universal para vasos sanitários (diâmetro aproximado: 10 a 12 cm); Deve ser durável e estável sob variações de temperatura; Vedação eficiente sem necessidade de acessórios extras.	
	04	629669	4501-37274	Mecanismo Saída Universal, MEDIDA: Rosca de saída 2.1/2", Altura ajustável de 210mm a 330mm, MATERIAL: Vedante de silicone, Indicado para todos os modelos de caixas acopladas, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Acompanha vedante, Sachê de silicone e conjunto de fixação para caixas acopladas, Extravasador com altura ajustável (ladrão), EMBALAGEM: Saco Plástico, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Mecanismo saída - Modelo Universal – compatível com todas as marcas de caixas acopladas que utilizam o sistema de descarga convencional por gravidade; Mecanismo universal de saída (válvula); Manual de instalação (em alguns fabricantes); Rosca de saída: 2 polegadas (padrão universal para conexão com saída de esgoto da bacia sanitária). Altura ajustável: permite adaptação para diferentes profundidades de caixas acopladas (aprox. 235 mm a 325 mm). Acionamento: superior, botão para descarga. Vedação: sistema eficiente em borracha ou elastômero para evitar vazamentos. Material: corpo em plástico resistente (polipropileno, ABS) e vedação em material flexível. Componentes inclusos: mecanismo de descarga, vedação, parafusos e kit de fixação	ABNT NBR 15097-2:2004 – Dispositivos de entrada e saída para bacias sanitárias com caixa acoplada

05	274835	4501-37731	Mecanismo universal completo para caixa de descarga acoplada, Sistema simples, Torre de entrada e torre de saída com boia integrada: 210 mm, Filtro na parte inferior da torre de entrada: 180 mm, Rosca de entrada: 1/2", Rosca de saída: 2.1/2" (60 mm), Extravasor com altura ajustável (ladrão): de 210 mm a 330 mm, Sistema telescópico para regulagem de altura: de 160 mm a 275 mm, Mecanismo Acionador: 52 mm (diâmetro), Sistema de Cabo: 330 mm (G), Porca: 3,3 mm (diâmetro), Canopla: 23 x 31 mm, Botão: 21 x 38 mm, Corpo: 245 mm (D), Anel de Vedação: 3 mm (diâmetro), Arruela: 3,3 mm (diâmetro), Porca da Torre: 3,3 mm (diâmetro), Tubo Ajustável e Trava: 180 mm, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Mecanismo modelo universal com compatibilidade com rosca 1/2", resistência à corrosão e à pressão de água, durabilidade, vedação eficiente para evitar vazamentos; Boia reguladora, haste, válvula de fechamento, anel de vedação. Kit completo para instalação e regulagem.	Deve atender normas de segurança e qualidade da ABNT e INMETRO para materiais hidráulicos.
	629670	4501-55202	Reparo para castelo de saída, com acionamento superior, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: Demais informações de acordo com Órgão Solicitante, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Reparo para castelo de saída, com acionamento superior; Padrão compatível com castelo de saída de caixas acopladas (dimensão aproximada: 5 cm de altura, 3 cm de diâmetro – pode variar conforme o modelo; Deve ser compatível com os padrões nacionais; Material resistente à umidade e à corrosão	
	601171	4501-37276	Botão de Acionamento Superior ABS, Para substituição em caixa acoplada, Encaixe perfeito, Cromado, EMBALAGEM: Fácil instalação, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Botão de Acionamento Superior, Para substituição em caixa acoplada; Diâmetro: 69 mm (padrão universal); Corpo em plástico ABS de alta resistência; Acabamento superficial cromado; Compatibilidade com mecanismos de descarga universais; Fixação firme e vedação eficiente; Acabamento resistente à umidade e corrosão.	
03	614519	5101-43395	Lâmina de serra manual, USO: Para arco de serra, MATERIAL: Aço, DIMENSÃO: Comprimento: 300mm, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Lâmina de serra manual; Material: Aço; Comprimento: 300 mm; Largura: 13 mm; Espessura: 0,55 mm; Alta resistência ao desgaste e tenacidade; Dentição 24 dentes; Seção de corte: 3-11 mm;	
	215154	5101-5047	Arco de serra, Manual, MEDIDA: Lâmina 12"x1/2"x24T, serra 300mm, COMPOSIÇÃO : Aço e polipropileno, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Arco de serra manual, Material: Lâmina com estrutura em aço de alta durabilidade; e pegador fabricado em polipropileno; Lâmina: 12 polegadas (300 mm) x 1/2 polegada (13 mm) x 24 dentes; Lâmina removível e substituível; alavanca para ajuste de tensão da lâmina.	

04	01	627258	4501-23003	Tubo, PVC, Soldável, DIÂMETRO: 25 mm, COMPRIMENTO: 6 m, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Tubo PVC soldável padrão - tipo rígido; Diâmetro: 25 mm; Comprimento: 6 metros; Resistência química, térmica, e pressão conforme aplicação.	Normas técnicas conforme ABNT NBR 5648
	02	251566	4501-10153	Conexão, TIPO: Joelho soldável, ÂNGULO: 90°, DIÂMETRO: 25mm, MATERIAL: PVC, COR: Marrom, USO: Em instalações hidráulicas, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Joelho soldável com ângulo à 90°; Diâmetro nominal: 25 mm; Compatível com tubos PVC soldáveis, resistência mecânica e química adequada para instalações hidráulicas;	Normas técnicas conforme ABNT NBR 5648
	03	374789	4501-5054	Conexão, TIPO: Tê, ÂNGULO: 90°, MATERIAL: PVC, soldável, DIÂMETRO: 50mm, APLICAÇÃO: Conduzir água fria em sistemas prediais, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Tê soldável com ângulo à 90°; Diâmetro nominal: 50 mm; Compatível com tubos PVC soldáveis, resistência mecânica e química adequada para instalações hidráulicas	Normas técnicas conforme ABNT NBR 5648
	04	468466	4501-20821	Cola, Para cano, COR: Branca, COMPOSIÇÃO: A base de PVA e água Não tóxica, PESO: 175g, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Lavável com bico regulador da abertura, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Cola PVC com pincel aplicador; Frasco contendo 175g; Produto sem tolueno, uso exclusivo para PVC rígido, não inflamável após cura total.	Atender à norma NBR 5648, com conformidade técnica para uso em instalações hidráulicas
	05	320133	8004-34028	Cola, TIPO: Adesivo instantâneo, ASPECTO: Incolor, APRESENTAÇÃO: Líquida, COMPOSIÇÃO: À base de cianoacrilato, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Com bico aplicador e tubo rígido com tampa, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Adesivo líquido monocomponente à base de cianoacrilato de etila; Frasco contendo 50g; Com bico aplicador; Embalagem rígida com tampa que preserve o produto	Deve atender às normas de segurança NR-26 (produto químico), e estar rotulado conforme ABNT/NBR 7500
05	01	381371	4501-52983	Assento sanitário, FORMATO: Arredondado, COR: Branco, MATERIAL: MDF de média densidade e alta durabilidade, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: Ferragem de aço inoxidável, Compatível com a Linha Vogue Plus, distância entre furos 15,5 cm, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Assento sanitário; Modelo Compatível com Vogue Plus (ou equivalente tecnicamente comprovado); Distância entre furos de 15,5 cm; MDF laqueado com acabamento arredondado na cor branca e ferragem em aço inox; Contém par de dobradiças e parafusos de fixação em inox; Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação;	
	02	457636	4501-55200	Assento Sanitário, Para cadeira de banho, Material: polipropileno, adaptável para cadeira de banho hospitalar, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Assento sanitário para cadeira de banho; Compatível com dimensões padrão de cadeiras de banho hospitalares, aproximadamente 39cm x 44cm x 3cm; Assento com abertura central (tipo higiênico); Superfície lisa e lavável, bordas arredondadas para conforto e segurança, compatível com higienização hospitalar; Comprovação de capacidade de carga de no mínimo 120 KG; Pode acompanhar travas de fixação (varia conforme fabricante).	

	03	374302	5301-106339	Kit de fixação, USO: Vaso sanitário, COMPOSIÇÃO: Parafuso e bucha, TIPO: Rosca soberba, CABEÇA: Sextavada, Parafuso: 5" x 65mm, Bucha: 8mm, MATERIAL: Latão, EMBALAGEM: Pacote com 2 parafusos e 2 buchas, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Kit de fixação para vaso sanitário; Pacote composto por: 02 Parafusos: 5" x 65mm; e 02 Buchas: 8mm; Parafusos: rosca soberba, cabeça sextavada, material latão; Bucha: Plástico resistente (geralmente polipropileno), compatíveis com alvenaria; Material resistente à oxidação e umidade.	
06	01	307516	5301-71265	Parafuso, TIPO: Sextavado, MATERIAL: Aço polido, DIMENSÃO: 1/4" x 40mm, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Com rosca soberba, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Parafuso; Tamanho: 1/4" x 40 mm; Material: aço polido; Cabeça sextavada para aplicação com chave; Rosca soberba (para madeira ou alvenaria); Alta resistência mecânica;	
	02	443267	5301-14619	Parafuso, TIPO: Madeira, MEDIDA: 4,5x40mm, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Fenda simples, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Parafuso; Tamanho: 4,5x40mm; Material: Aço carbono (geralmente zincado ou bicromatizado) Parafuso chato com fenda simples; Indicado para montagem e fixação de peças ou estruturas de madeira;	
	03	250740	4501-10627	Bucha, Para fixação em alvenaria e concreto, MATERIAL: Nylon, MEDIDA: S6, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Bucha para fixação; Material: Nylon de alta resistência; Tamanho: S6 (diâmetro externo de 6 mm, comprimento padrão entre 30 a 35 mm); Corpo canelado e expansão lateral, garantindo fixação segura; Aletas anti-rotação que evitam o giro da bucha no furo; Compatível com parafuso de diâmetro 4 a 5 mm.	
	04	250740	4501-13368	Bucha, Para fixação em alvenaria e concreto, MATERIAL: Nylon, MEDIDA: S10, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Bucha para fixação; Material: Nylon de alta resistência; Tamanho: S10 (diâmetro externo de 10 mm, comprimento padrão entre 50 a 60 mm); Corpo canelado e expansão lateral, garantindo fixação segura; Aletas anti-rotação que evitam o giro da bucha no furo.	
07	01	611898	4501-49020	Sifão, MATERIAL: Plástico, COR: branca, Flexível sanfonado, Universal, Adaptável às válvulas de 1 polegada, 1.1/4 polegadas e 1.1/2 polegadas, Com saída de esgoto DN 38, 40, 48 e 50, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Sifão flexível sanfonado; Rosca de entrada: 1 1/2" (com adaptador bucha reduzida para 1 1/4" x 7/8"); Faixa de comprimento: 330 mm (retraído) até 720 mm (totalmente estendido); Diâmetros de saída (encaixe no ramal): DN38 x DN40 x DN48 x DN50; Fabricado com materiais resistentes a produtos de limpeza e temperaturas até 90 °C; Livre de rebarbas e deformações, garantindo estanqueidade; Acompanhado de bucha redutora e porcas completas para adaptação; O produto deve ser de fácil instalação, sem necessidade de ferramentas especializadas; Corpo em polipropileno ou metalizado; Porca em polipropileno; Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação	Compatível com normas ABNT vigentes para instalações hidráulicas sanitárias (NBR 14162 ou equivalente).

08	01	374163	4501-64489	Torneira Elétrica, MATERIAL: Plástico, TENSÃO: 220V, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Torneira elétrica; O modelo pode variar por fabricante, mas esses são representativos com as características solicitadas: bica alta, 220V, 5500W, IP24; Corpo em termoplástico de engenharia (polipropileno ou ABS) resistente à temperatura; Resistência elétrica embutida em tubo metálico (geralmente de cobre ou aço inox); Bica móvel (plástica ou metálica cromada dependendo da versão); Arejador na saída de água (fixo ou articulado); Resistência elétrica substituível; Porca de fixação e adaptadores de conexão hidráulica; Conjunto de vedação com anéis ou juntas; Manual de instalação descrevendo disjuntor, bitola, pressão e cuidados; Facilidade de manutenção (troca de resistência sem necessidade de ferramentas especiais); Garantia de fábrica de no mínimo 12 meses.	Certificação compulsória INMETRO para aparelhos eletrodomésticos (Portaria Inmetro nº 371/2009 e alterações); Norma ABNT NBR IEC 60335-1 (segurança elétrica de eletrodomésticos); Proteção IP24 (contra respingos de água) – deve constar no corpo do produto ou embalagem; Indicação de uso com dispositivo DR e aterramento obrigatório, conforme norma NBR 5410.
09	01	287157	4501-106855	Válvula, TIPO: Esfera, com alavanca e manopla, BITOLA: 3", MATERIAL: Latão, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Válvula tipo esfera; Possui alavanca, manopla e porca de fixação; Tamanho: 3" (7,62 cm de diâmetro de conexão); Material: Corpo e esfera em latão cromado ou aço inox niquelado, vedação em PTFE, e alavanca em aço zincado ou emborrachado; Haste à prova de expulsão; Indicador de posição (aberto/fechado); Lubrificação compatível com fluido; Manual técnico; Garantia mínima de 6 meses.	Apresentar certificação ISO 9001 e INMETRO se uso for em sistemas de gás ou água potável
	02	295283	4501-27488	Registro, De Esfera, MATERIAL: PVC, BITOLA: 1 1/2, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Registro de esfera; Possui alavanca; Tamanho: 1 1/2" BSP (rosca padrão); Material: Corpo: Latão ou liga metálica niquelada/cromada Esfera: Aço inox ou latão cromado Vedação interna: PTFE ou material similar; Pressão de trabalho mínima de 10 bar (PN10); Temperatura de operação: 0°C a 90°C; Acionamento: 1/4 de volta (esfera); Produto não deve apresentar vazamentos em testes hidrostáticos.	Deve atender às normas técnicas ABNT NBR 6925 / NBR 15705 ou equivalentes.
	03	469990	4501-70496	Obturador Universal, USO: Saída de água, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: Demais informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Obturador Universal modelo compatível com mecanismos de diversas marcas disponíveis no mercado; Tamanho: Diâmetro padrão: 50 mm (2"); Corpo em PVC, poliacetal (POM) ou silicone; vedação em borracha nitrílica (NBR) ou silicone; Possui corrente plástica ou metálica para acoplamento ao botão de acionamento, base com encaixe universal; Compatível com bitola de saída de 2"; Vedação eficaz, resistente à umidade contínua e à utilização de produtos de limpeza;	

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1 Catálogo Eletrônico de Materiais e Serviços do Estado do Paraná (e-CAT) ainda não foi implantado na integralidade pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - órgão responsável. Deste modo, não foi possível utilizar o catálogo eletrônico de padronização na presente contratação. Porém,

esclarece-se que as descrições utilizadas no presente Termo de Referência foram elaboradas pelos profissionais técnicos competentes da área demandante, os quais atestam que as especificações técnicas do(s) objeto(s) são aquelas estritamente necessárias para a aferição da adequação do objeto ao fim a que se destina, não havendo exigências desprovidas de razoabilidade.

1.4 DO FORNECIMENTO

1.4.1 Os bens serão entregues em remessa única no local, prazo e critérios definidos no tópico 9 deste Termo de Referência.

1.4.2 A entrega deverá ser feita livre de despesas com frete, seguro, impostos, taxas, carga e descarga. Para fins de elaboração de proposta, todas as despesas com frete, seguro, encargos financeiros deverão estar embutidos no valor ofertado.

1.4.3 O fornecedor deverá FAZER CONSTAR NA NOTA FISCAL o número do protocolo, número da autorização de fornecimento, Unidade Hospitalar de destino, o número da agência e da conta corrente do banco onde o pagamento deverá ser creditado.

1.5 AMOSTRAS

1.5.1 O primeiro licitante classificado, deverá entregar, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação, o descritivo técnico e a respectiva amostra do objeto licitado, a fim de verificar se atende às especificações do edital e anexos, no seguinte local:

Local de entrega: Hospital Regional do Sudoeste

Endereço: Rodovia Contorno Leste, nº 200 – Bairro Água Branca

Cidade: Francisco Beltrão-PR

Setor: Almoxarifado

Responsável: Dilson José da Silva

Contato: (46) 3199-1700

Horário: 07h30 às 17h30.

1.5.2 Entende-se por entrega da amostra a data na qual ela é efetivamente entregue no endereço estabelecido no item 1.5.1.

1.5.3 Para o exame da amostra, o órgão/entidade avaliador poderá, a seu critério, solicitar análise técnica.

1.5.4 Compete ao órgão/entidade, no prazo de 03 (três) dias úteis, examinar a(s) amostra(s) apresentada(s) e emitir o Termo de Aceite, podendo o prazo ser prorrogado de forma devidamente justificada.

1.5.5 Os licitantes interessados poderão ter vista da(s) amostra(s) apresentada(s), bem como informações sobre datas, horários, locais, e dos procedimentos para exame da(s) amostra(s), devendo, para tanto, entrar em contato com órgão/entidade avaliador.

1.5.6 O critério de exame das amostras se restringe à verificação da conformidade do bem ofertado, confrontado com as exigências técnicas expressas por parâmetros e padrão de desempenho constante no descritivo do Termo de Referência (Anexo I) e às informações técnicas prestadas pelo arrematante.

1.5.7 Quando o licitante indicar a marca, o modelo e as especificações técnicas do objeto no campo “Informações Adicionais” do sistema eletrônico de compras adotado pela Administração Pública Estadual, as amostras apresentadas devem ter as mesmas identificações daquelas preliminarmente estabelecidas pelo licitante e que foram informadas no sistema, salvo se o produto apresentado tenha, mediante ratificação da Administração, características técnicas superiores.

1.5.7.1 Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o(a) Pregoeiro(a) exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 03 (três) dias úteis contados da solicitação.

1.5.8 No caso de o licitante vencedor de qualquer dos lotes tiver suas amostras reprovadas ou tenham sido entregues fora das especificações previstas neste Edital, sua proposta será desclassificada, sendo o licitante classificado a seguir imediatamente chamado para substituir o desclassificado e assim sucessivamente, até que as amostras apresentadas sejam aceitas pela Administração, na forma do item 6.6.3.5 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.

1.5.9 O licitante que não apresentar amostras no prazo previsto no item 1.5.1 também terá sua proposta automaticamente desclassificada.

1.5.10 O licitante declarado vencedor deverá realizar as entregas do objeto da licitação somente de acordo com a(s) amostra(s) apresentada(s) e aprovada(s).

1.5.11 As amostras serão fornecidas sem custo, no local indicado neste Edital, e aquelas que forem submetidas a testes, que impliquem na sua destruição ou inutilização, não serão devolvidas e/ou descontadas das quantidades a serem entregues.

1.5.12 O prazo limite para retirada de amostras não utilizadas ou não aprovadas será de 90 (noventa) dias, contados da data da homologação do certame.

1.5.13 As amostras não aprovadas e não retiradas no prazo do item anterior poderão ser descartadas pelo órgão avaliador.

1.5.14 As amostras aprovadas permanecerão sob a custódia do órgão avaliador para fins de aferição da regularidade do objeto quando da entrega, podendo ser descontados os itens da amostra do total a entregar, excetuada a hipótese prevista no item 1.5.11. Não ocorrendo o desconto, fica estabelecido o prazo máximo de 90 (noventa) dias para retirada das amostras, sendo que aquelas que não forem retiradas no prazo mencionado poderão ser descartadas pelo órgão avaliador.

1.5.15 A apresentação e aceite das amostras e dos materiais não isenta nem diminui a responsabilidade do fornecedor nem a garantia dos produtos ofertados.

1.5.16 O licitante é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes do objeto proposto.

1.5.17 TABELA DE AMOSTRAS:

LOTES	ENTREGA DAS AMOSTRAS
1 ao 9	A primeira classificada em primeiro lugar deverá entregar 01 (uma) unidade do item para análise, devidamente identificadas. Embalagem: contendo na sua parte externa impressos em língua portuguesa as seguintes informações: identificação, tamanho, procedência, data de fabricação, validade, lote. Todas as amostras devem estar acompanhadas de ficha técnica.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Este documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento, antecessor ao Termo de Referência, onde será apresentado os estudos necessários da pretendida compra ou contratação. O objetivo principal é deixar claro todo o detalhamento da necessidade dessa aquisição, bem como identificar no mercado a melhor solução para supri-la, tudo em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná – FUNEDS.

O Hospital Regional do Sudoeste Walter Alberto Pecóits (HRS) integra o Grupo de Hospitais próprios da Rede Estadual, geridos pela Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná (FUNEDS), por meio do Contrato de Gestão nº 01/2021 celebrado entre a Secretaria de Estado da Saúde (SESA) e a FUNEDS. Cujos leitos são 100% regulados pela Central Estadual de Regulação, sendo referência incontestável para SAMU, SIATE e Complexo Regulador Estadual Macro Oeste, contemplando aproximadamente 600.000 habitantes. Também contamos com um ambulatório referenciado e um grande volume de consultas mês. Trata-se uma instituição de média e alta complexidade, tendo aberto novos leitos ao longo dos últimos anos, assumindo integralmente a demanda do trauma da 8ª Regional de Saúde a qual contempla aproximadamente 350.000 habitantes

O HRS é uma unidade hospitalar situada em Francisco Beltrão, no Sudoeste do Paraná. Foi inaugurado em 23 de fevereiro de 2010, possui uma área construída de 12.236,13 m², às margens da Rodovia PR-483, em um terreno com mais de 52 mil m², com investimento em infraestrutura e equipamentos hospitalares para atender toda a demanda dos 42 municípios referenciados, advindos das 7ª e 8ª Regionais de Saúde da região Sudoeste do Paraná.

É uma Unidade totalmente voltada para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), integrando a rede de hospitais públicos, constituída pelo Governo do Estado do Paraná e mantida com recursos provenientes do orçamento estadual, administrado pela FUNEDS, uma Fundação pública com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de beneficência social, de interesse e de utilidade pública.

A Unidade possui 164 leitos ativos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde para internamento. Sendo uma unidade de média e alta complexidade, o HRSWAP possui 100% dos seus leitos regulados pela Central Estadual de Regulação, sendo referência para SAMU/SIATE e Complexo Regulador Estadual Macro Oeste.

Os atendimentos estão distribuídos em: 24 leitos destinados ao setor de emergência, com ampliação em situações de necessidade da sua capacidade operacional para 170 leitos. Os leitos oficialmente ativos no CNES, subdividem-se em: 20 leitos de UTI Adulto; 10 leitos de UTI Neonatal; 5 leitos de UCI Neonatal; 4 leitos de UTI Pediátrica; 27 leitos Obstétricos; 22 leitos Pediátricos; 49 leitos de Internamento Cirúrgico e 9 leitos de Suporte de Vida Avançado.

O HRS dispõe de 28 especialidades médicas e é referência na região no atendimento a UTI Neonatal, sendo a única da 8ª Regional de Saúde – 2 UTIs adulto, cirurgia pediátrica, cirurgia vascular, trauma/ortopedia e demais especialidades, tendo como principal vocação o atendimento materno/infantil dentro do Programa Mãe Paranaense e atendimento ao trauma junto ao Programa Paraná Urgência Estadual, inclusive sendo habilitado pela Portaria GM/MS nº 4.530 de 21/12/2022 como unidade de assistência de alta complexidade em traumatologia e ortopedia.

Ainda, conforme Portarias do Ministério da Saúde nº 1.239 de 05 de novembro de 2012 e nº 4.530 de 21 de dezembro de 2022, o HRSWAP encontra-se habilitado para realização de procedimentos de alta complexidade nas especialidades de cirurgia vascular e ortopedia, respectivamente. A Unidade atende uma média mensal de 1.635 internamentos e 650 cirurgias.

A presente contratação visa atender a demanda de serviços de manutenções preventivas e corretivas das instalações hidráulicas, a fim de garantir o funcionamento adequado das redes e consequentemente manter o abastecimento de água, esgotamento sanitário e demais sistemas hidráulicos presentes nos diversos setores do Hospital Regional do Sudoeste Walter Alberto Pecóits (HRS).

Devido ao desgaste natural das instalações hospitalares, há a necessidade constante de ajustes nas redes hidráulicas em questão, visando a garantia de pleno funcionamento de ambientes assistenciais em que os pacientes e profissionais estão em contato contínuo, como enfermarias, banheiros, cozinhas e centros cirúrgicos. As manutenções realizadas frequentemente são imprescindíveis para assegurar que as condições sanitárias se mantenham adequadas.

As manutenções visam assegurar o fornecimento contínuo de água, principalmente em áreas críticas, como UTIs e centros cirúrgicos, portanto, a manutenção preventiva é uma opção para que não ocorra seu desabastecimento de forma inesperada, que pode acarretar prejuízos para os pacientes que estão utilizando o serviço hospitalar de maneira geral. Além disso, essas manutenções mantêm a higiene e o controle sanitário, essenciais em ambientes hospitalares, reduzem riscos de contaminação, alagamentos e interrupções no atendimento, assim se espera, para garantir um ambiente adequado para o cuidado à saúde da população.

Com o objetivo de promover uma solução eficiente e que garanta a manutenção continuamente e adequada dos setores, se faz necessário a aquisição de materiais hidráulicos, itens essenciais para o funcionamento diário de qualquer hospital. Sua finalidade é realizar manutenções, correções e ajustes, conter vazamentos ou adaptar redes em ampliações de leitos ou setores. Os itens serão utilizados por profissionais que formam equipes de manutenção predial do hospital nos setores distintos como: Enfermarias; UTIs; Salas de cirurgia; Lavanderia; Cozinha; Banheiros de pacientes e servidores; Áreas administrativas e técnicas. Sua ausência compromete diretamente a assistência prestada aos pacientes que utilizam desta unidade.

Nesse sentido, a manutenção realizada com materiais adequados e compatíveis com as instalações hidráulicas do hospital, fazem parte de um conjunto de ações que asseguram a qualidade dos atendimentos prestados aos pacientes, do controle adequado às questões de saneamento, bem como fornecem ferramentas para proteger o sistema de distribuição e abastecimento de água para os setores.

Sendo assim, a pretensa aquisição visa satisfazer as necessidades os diversos setores que compõe a estrutura das Unidades em garantir um atendimento de excelência para os usuários, garantia de continuidade na prestação dos serviços, além da segurança gerada ao trabalhador da saúde para execução de suas atividades.

Esta aquisição visa atender de forma estratégica, considerando os aspectos como custo-benefício, durabilidade e facilidade de uso os pacientes internados, buscando a manutenção da integridade e segurança destes, de forma a garantir a eficiência e efetividade dos serviços oferecidos para os usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

A Unidade demandante desse processo são totalmente voltadas para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), e integra a rede de hospitais públicos, constituída pelo Governo do Estado do Paraná e mantida com recursos provenientes do orçamento estadual, administrado pela FUNEDS, trata-se de uma Fundação pública com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de beneficência social, de interesse e de utilidade pública.

Nesta perspectiva vimos através deste documento solicitar a abertura de licitação por meio de pregão eletrônico para **Aquisição de materiais utilizados na manutenção das instalações hidráulicas**, para atender as necessidades da unidade Hospitalar Regional do Sudoeste Walter Alberto Pecóits (HRS), para um período de doze (12) meses.

Tal contratação justifica-se conforme motivação que se apresenta:

DA LEGITIMIDADE

A FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ - FUNEDS é uma Fundação pública com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de beneficência

social, de interesse e de utilidade pública, fundada pela Lei Estadual nº 17.959/2014, a qual estabeleceu que a entidade é dotada de personalidade jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, de interesse e utilidade públicos, com autonomia gerencial, patrimonial, orçamentária e financeira, sujeita ao regime jurídico próprio das entidades privadas sem fins lucrativos de beneficência social quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas, tributários e fiscais.

A FUNFEAS integra a administração pública indireta do Estado do Paraná e vincula-se à Secretaria de Estado da Saúde (SESA), tendo por finalidade desenvolver e executar ações e serviços da respectiva unidade: Hospital Regional do Sudoeste Walter Alberto Pecóits (HRS).

A Direção Administrativa da unidade supracitada, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, solicita a abertura de processo licitatório para Aquisição de materiais utilizados na manutenção das instalações hidráulicas, para atender as necessidades da unidade Hospitalar citada, para um período de 12 (doze) meses.

DA LEGALIDADE

A saúde é um direito fundamental previsto no art. 6º e 196 e da Constituição Federal, pois “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

A fundamentação legal também está amparada no novo contrato de gestão Nº 001/2021 vigente desde 01/01/2021, firmado entre a SESA e FUNFEAS, o qual estipula a operacionalização da gestão e a execução de ações e serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde SUS nas Unidades Assistenciais e Operacionais Próprias da Secretaria de Estado da Saúde, incluindo a aquisição de insumos, medicamentos, materiais médico-hospitalar, entre outros itens fundamentais para o funcionamento das Unidades hospitalares. Neste sentido, está determinado que a FUNFEAS realize as aquisições de todos os materiais médicos hospitalares, medicamentos, nutrição, saneantes, materiais de higiene, insumos gerais, entre outros, padronizados ou não nas Unidades, que permitam a execução das ações elencadas no Contrato de Gestão.

As compras públicas regem-se pela Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022, e demais regulamentações, portanto, imperativo que a contratação pretendida ocorra mediante processo licitatório, na modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo de julgamento de Menor Preço.

Esta definição ocorreu em razão da Lei Federal nº 14.133/2021, reafirmada pelo Decreto Estadual 10.086/2022:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XLI - pregão: modalidade de licitação **obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns**, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

[...] Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, **adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.** (grifo nosso)

Optou-se pela realização da presente licitação na modalidade eletrônica, conforme preferência definida na mesma Lei:

Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

[...] § 2º As licitações serão **realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica**, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo. (grifo nosso)

Portanto, com base na legalidade exposta, solicita-se a presente contratação.

DO INTERESSE PÚBLICO

A presente contratação visa atender a necessidade do Hospital Regional do Sudoeste Walter Alberto Pecóits (HRS) gerido pela FUNFEAS, como também abastecer com recursos estruturais, essenciais à qualidade no atendimento ao usuário, garantido assim planejar, executar e controlar as manutenções realizadas nesta unidade, de forma eficaz e eficiente em termos de tempo, qualidade e custos.

Considerando a unidade hospitalar citada neste ato, a qual, esta aquisição visa atender, de maneira a suprir suas demandas de acordo com o perfil apresentado, conforme relacionado abaixo:

Hospital Regional do Sudoeste – HRS é referência para 42 municípios da 7ª e 8ª Regional de Saúde da região Sudoeste do Paraná no atendimento de traumas, cirurgias ortopédicas de baixa, média e alta complexidade, possuindo habilitação para alta complexidade em ortopedia através da portaria 4530/GM/MS de 23/12/2023; centro de trauma tipo I PT SAS 855 de 21/09/2015; possui também habilitação e é referência em cirurgia vascular PT SAS 1239 de 07/11/2012; unidade de alta complexidade cardiovascular PT GM 1859 de 07/11/2012; UTI II Adulto 4425/GM/MS de 27/09/2012; Unidade de cuidados intermediários Neonatal convencional PT GM 4288 de 28/12/2018; Unidade de terapia intensiva Neonatal tipo II SAS 289 de 31/08/2014. É também referência em gestação de risco intermediário e alto risco, Cirurgia Pediátrica, UTI pediátrica, Urologia, Bucomaxilo e ainda sendo menção incontestável para SAMU, SIATE e Central de Leitos contemplando aproximadamente 600.000 habitantes. Considerando que hoje contamos com 147 leitos hospitalares ativos, e que para o atendimento ao trauma necessita-se que a Instituição tenha toda uma equipe de profissionais especializados de retaguarda, assim como os materiais necessários nas mais diversas especialidades, principalmente para realização de procedimentos cirúrgicos de Ortopedia, Neurologia, Cirurgia Geral e Cirurgia Vascular.

A pretendida aquisição é primordial para possibilitar a contínua e adequada manutenção das instalações hidráulicas nos setores do Hospital. Ademais, considerando a alta demanda atendida e fluxo de pacientes e profissionais que utilizam de diversas maneiras as redes de abastecimento e distribuição de água, julga-se pertinente a aquisição de materiais hidráulicos, com o intuito de suprir o estoque do setor SCIOP – Manutenção. Dessa forma, possibilitará melhor organização, armazenamento e distribuição destes itens que são utilizados quando há a necessidade de realizar manutenções, seja elas corretivas ou preventivas nos diversos setores do hospital, sendo eles: Enfermarias; UTIs; Salas de cirurgia; Lavanderia; Cozinha; Banheiros de pacientes e servidores; Áreas administrativas e técnicas.

BENEFÍCIOS

A vantajosidade e conveniência da aquisição se mostra em atendimento da demanda da unidade envolvida no processo, na natureza contínua dos serviços prestados, trazendo os seguintes benefícios:

- Maior eficiência nas condutas e realização dos serviços supracitados e por consequência no atendimento aos pacientes, proporcionando assim, maior apoio nas rotinas assistenciais e possibilitando um acolhimento mais dinâmico;
- Melhor forma de manter organizadas as acomodações do hospital que possuem redes hidráulicas, pois sua manutenção possibilita maior confiabilidade na resolução de possíveis problemas;
- Gerando qualidade no atendimento à população em geral usuária do Sistema Único de Saúde, barateamento do custo, uma vez que é fundamental à instituição o reestabelecimento e manutenção das instalações;
- Facilidade nos processos de compras, diminuindo as probabilidades de desabastecimento na unidade gerida pela FUNFEAS.

DOS PRODUTOS GERADOS

Essa contratação pretende atender as demandas de manutenção dos setores da unidade hospitalar, garantido o pleno funcionamento de tarefas rotineiras, sendo extremamente necessários para a qualidade da assistência aos pacientes. Sendo que resultarão nos seguintes produtos:

Unidade	Área/Diretoria	Produtos Gerados
Hospital Regional do Sudoeste (HRS)	- SCIOP – Manutenção - Diretoria Técnica - Diretoria Administrativa - Área Assistencial - Almoxarifado	• Redução de custos; • Qualidade na prestação de serviço aos pacientes; • Aquisição de materiais qualificados; • Adequado serviço de manutenção nas instalações hidráulicas.

DA VIABILIDADE DE CONTRATAÇÃO

A presente contratação busca executar atividades com o intuito de atingir as metas estabelecidas para as unidades geridas no Plano Operativo do Contrato de Gestão nº 1/2021. Visando atender os servidores, usuários e pacientes internados e/ou ambulatoriais na respectiva Unidade gerida pela FUNFEAS, de forma ampla e integral, a fim de proporcionar o suporte adequado para a realização da manutenção, com a utilização de itens utilizados para esta finalidade.

Com o exposto acima, justifica-se a necessidade de aquisição dos referidos materiais, aspirando sempre a qualidade no atendimento aos usuários que buscam os serviços ofertado na instituição.

É a motivação do ato.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 A presente solução tem como objetivo a aquisição de materiais utilizados para realizar a manutenção de instalações hidráulicas prediais, visando atender às demandas de quando há necessidade de realizar manutenções, sejam elas preventivas ou corretivas, no HRS.

3.2 A aquisição dos itens relacionados, é fundamental para garantir a qualidade e a continuidade na prestação de serviços de manutenções, ajustes e correções no âmbito hospitalar, ao se tratar da rede hidráulica, que consequentemente oferta água e saneamento aos pacientes, usuários e profissionais.

3.3 A solução proposta abrange a aquisição através de compra, de itens de boa qualidade que serão utilizados para realizar as devidas manutenções de maneira que proporcione qualidade durante seu uso, respeitando as normativas de qualidade.

3.4 O processo de aquisição deverá ser conduzido de maneira transparente, observando critérios de custo-benefício, qualidade dos materiais e disponibilidade de entrega. Além disso, será dada prioridade a fornecedores com experiência comprovada no fornecimento desses itens e que atendam às exigências estabelecidas.

3.5 A proposta deverá conter garantia e/ou validade dos produtos, no prazo igual ou superior a 1 (um) ano, exceto para aquele material que tenham comprovadamente prazo inferior, caso em que tal situação deverá ser devidamente esclarecida na Proposta Formal. A contagem do prazo de garantia e/ou de validade do material será feita a partir do seu recebimento provisório pelo HRS.

3.6 Deverá ser entregue no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a emissão da nota de empenho,

3.7 Possuir embalagem íntegra no momento da entrega; e caso haja prazo de validade ou vida útil recomendada, deve estar descrita na embalagem;

3.8 Ser de boa qualidade, garantindo que a utilização do item possa ser realizada efetivamente;

3.9 Ser de primeiro uso, da linha normal de produção, sendo aplicadas todas as normas e exigências da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e outras legislações pertinentes;

3.10 Atender rigorosamente os quantitativos e apresentações solicitadas;

3.11 Os materiais objeto desta aquisição enquadram-se no conceito de bem comum, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, e art. 3º, inciso II, do Decreto 10.024/2019, cuja contratação ocorrerá mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica;

3.12 O certame licitatório deverá ser realizado sob o critério de menor preço por lote, não havendo assim prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, e propiciando a ampla participação de licitantes;

3.13 As especificações técnicas dos objetos constam no item 1.2 deste Termo de Referência.

3.14 Atestamos que as especificações técnicas dos objetos são aquelas estritamente necessárias para a aferição da adequação do objeto ao fim a que se destina, não havendo exigências desprovidas de razoabilidade.

3.15 As especificações referentes ao local de entrega constam no item 9 deste Termo de Referência.

4 PESQUISA DE PREÇOS

4.1 Para a formação dos preços máximos foi realizada ampla pesquisa de preços, em conformidade com o disposto no art. 368, do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, dentre eles:

- a) Preços obtidos por outros órgãos ou entidades públicas;
- b) Preço constantes de banco de preço, compras.gov e painel de preços;
- c) Pesquisa com os fornecedores ou prestadores de serviços, conforme o caso (Art. 368, IV)
- d) Pesquisa no aplicativo Notas Paraná (Art. 368, V)

4.2 Consta no caderno de instrução da presente licitação Justificativa do Preço Adotado, contemplando pormenorizadamente o procedimento realizado para estabelecimento dos valores de referência do edital, podendo ser consultado a qualquer tempo pelos interessados a fim de evidenciar que a aquisição está sendo realizada de acordo com os valores de mercado na presente data, condicionada a todas as particularidades provenientes da situação em que vivemos nesta data.

4.3 Deste modo, considerando que estes parâmetros são alternativas válidas – previstas no Decreto Estadual n.º 10.086/2022 – como alternativas de se realizar pesquisa de preços, entende-se que não ocorreu prejuízo na aferição do preço de mercado, mesmo não obtendo três cotações de fornecedores.

4.4 Com base no parâmetro das pesquisas de preços realizadas, foi adotado como critério a **MÉDIA SANEADA** dentre as cotações apresentadas por representar o valor de mercado com a melhor vantagem.

5 PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1 Não será adotado o parcelamento do objeto na presente licitação referente aos itens:

- Lote 01 composto por 07 itens;
- Lote 02 composto por 07 itens;
- Lote 03 composto por 02 itens;
- Lote 04 composto por 05 itens;
- Lote 05 composto por 03 itens;
- Lote 06 composto por 04 itens; e
- Lote 09 composto por 03 itens;
- Os Lotes 07 e 08 foram compostos por apenas 01 item cada.

5.2 Justifica-se a não viabilidade do parcelamento destes objetos pelos motivos listados abaixo:

5.2.1 É imprescindível que os itens sejam agrupados de forma estratégica em lotes, considerando a similaridade e a utilização simultânea dos mesmos para realizar as manutenções no hospital. Diante disso, a disposição dos itens em lotes é fundamental para garantir a eficiência e a eficácia do processo licitatório, pois viabiliza uma maior facilidade na disputa e permite que as empresas participantes apresentem propostas mais competitivas e personalizadas para atender às necessidades do hospital. Ao agrupar itens semelhantes em um mesmo lote, as empresas podem participar de forma mais eficiente, apresentando propostas mais competitivas e personalizadas, e a empresa vencedora pode executar os serviços de forma coordenada e eficiente, garantindo que as necessidades do hospital sejam atendidas de forma eficiente e eficaz.

Apesar de a Sumula nº 247 do Tribunal de Contas da União expor que a divisão do objeto, em itens ou lotes, é trabalhada como regra, isso em decorrência da presunção de que, com a cisão em parcelas menores, aumentará a competitividade e, conseqüentemente, as chances de alcançar propostas mais vantajosas, este raciocínio precisa ser sopesado com muita cautela, caso a caso. Afinal, é pressuposto de legitimidade do parcelamento, que ao assim realizar, não ocorra prejuízo ao todo, à responsabilidade técnica, à solução integral esperada, à gestão das avenças e, inclusive, à economia de escala. Diante dos motivos expostos, verifica-se que é o caso de afastar o parcelamento para a presente contratação, visando proporcionar maior competitividade entre os participantes e propostas vantajosas.

6 SUSTENTABILIDADE

6.1 O contratado adotará as seguintes práticas e/ou critérios de sustentabilidade, baseado nos artigos 361 a 364 do Decreto 10.086/2022:

I - Maior vida útil e menor custo do bem;

II - Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

III - Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens e serviços contratados; e

IV - Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

6.2 Art. 364. Caberá ao contratado tanto na aquisição de bens, quanto na prestação de serviços, apresentar declaração de atendimento e responsabilização com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

7 CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 COTA EXCLUSIVA – Os lotes 01 (um) ao 09 (nove) destina-se exclusivamente à participação de “Microempresa – ME” e ou Empresa de “Pequeno Porte” e que atuem no ramo de atividade referente ao objeto licitado, conforme disposto no inciso I, do art. 48, da LC-123/2006, alterada pela LC-147/2014.

7.2 Conforme disposto no artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, os itens ou lotes de licitação cujo valor anual não ultrapasse R\$ 80.000,00 devem ser destinados exclusivamente à participação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP). Essa regra visa promover o tratamento favorecido e diferenciado a essas categorias empresariais, incentivando seu desenvolvimento e a competitividade no mercado

8 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

Observa-se que o(s) objeto(s) dessa licitação é(são) classificado(s) como bem(ns) comum(ns), pois possui(em) especificação(ões) usual(is) de mercado e padrão(ões) de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e pelo que estão aptos a satisfazer necessidades comuns, não precisando conter características peculiares para atingir seus fins. Os

atributos essenciais do objeto, possuem forma objetiva e uniforme, cujas características tendem a padronização e invariáveis ou então, sujeitas a diferenças mínimas.

9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

9.1. O prazo de entrega dos bens é de até 05 (cinco) dias, a partir da data da liberação da nota de empenho, em remessa única, no endereço indicado abaixo.

Local de entrega: Hospital Regional do Sudoeste
Endereço: Rodovia Contorno Leste, nº 200 – Bairro Água Branca
Cidade: Francisco Beltrão-PR
Setor: Almoxarifado
Responsável: Dilson José da Silva
Contato: (46) 3199-1700
Horário: 07h30 às 17h30.

9.2 Possuir embalagem íntegra no momento da entrega;

9.3 Caso haja prazo de validade ou vida útil recomendada, deve estar descrita na embalagem;

9.4 Ser de boa qualidade, garantindo que a utilização do item possa ser realizada efetivamente;

9.5 Ser de primeiro uso, da linha normal de produção, sendo aplicadas todas as normas e exigências da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e outras legislações pertinentes;

9.6 Atender rigorosamente os quantitativos e apresentações solicitadas.

9.7 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de até 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.8 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.9 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.9.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.10 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.11 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no Anexo VI deste edital, conforme as condições e as necessidades do licitante.

9.12 Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo VII (minuta do contrato).

10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10 Compete A CONTRATADA, tanto na aquisição de bens quanto na prestação de serviços, assegurar o cumprimento integral da logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo, proporcionalmente ao volume fornecido ao Poder Público, responsabilizando-se pela destinação final ambientalmente adequada.

10.1.10.1 Entende-se por logística reversa o conjunto de ações, procedimentos e meios voltados à coleta e restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, com vistas ao seu reaproveitamento no mesmo ciclo produtivo ou em ciclos distintos, ou à sua destinação final ambientalmente adequada.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná (FUNEDS), CNPJ 24.039.073/0001-55, Rua do Rosário, nº 144, 10º andar, CEP: 80.020-110 Curitiba-PR, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

12.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

12.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no Anexo II deste edital:

12.3.1 Prova de atendimento aos requisitos de qualificação técnica prevista na lei § 9.º do art. 67 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.3.2 Um ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s).

12.3.2.1 Entende-se por compatibilidade das características e quantidades, o fornecimento de todos os itens em quantidade de no mínimo 05 % (cinco por cento), em relação a quantidade de bens exigida para os lotes de maior relevância.

12.3.4 Para atendimento do quantitativo exigido no subitem anterior, será permitido o somatório de atestados e capacidade técnica.

12.4 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

12.4.1 Valor Global: R\$ 142.444,45 (cento e quarenta e dois mil e quatrocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos).

12.5 O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão.

12.6 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

13 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

14.SUBCONTRATAÇÃO

14.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1 Não haverá exigência de execução, pelas razões abaixo justificadas:

15.1.1 Não se faz necessário exigência de garantia de execução do contrato, neste caso concreto, pois se trata de aquisição de bens cujo pagamento só será realizado após a efetivação da entrega, não correndo, assim, qualquer risco à administração de não execução contratual.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

16.1 O prazo de garantia contratual dos bens será aquele previsto em garantia legal;

17 VIGÊNCIA:

17. A minuta de contrato será substituída por anexo a nota de empenho, tendo em vista que os pedidos serão para entrega imediata, conforme estabelecido no Termo de Referência, dos quais não resultam obrigações futuras nos termos do art. 95, II da lei 14.133/2021.

18. DO REAJUSTAMENTO.

18.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 1.192, de 2001, utilizando-se o índice utilizando-se o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. A metodologia adotada para a definição do índice foi o estudo comparativo dos principais índices nos últimos 04 (quatro) anos, verificando-se que ocorreu pouca variação entre o total acumulado dos três índices e o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) apresentou a menor alta no último ano em relação aos outros índices analisados.

18.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado que é 26/01/2026, data esta que se refere ao mapa de formação de preço por meio do qual foi realizada a pesquisa de mercado.

18.1.2 O reajuste deverá ser solicitado pelo Contratado mediante requerimento protocolado até trinta dias antes do fim de cada período de doze meses.

18.1.3 Caso o contratado não solicite dentro do prazo que trata o item anterior, os efeitos do reajuste serão concedidos 30 (trinta) dias após a efetiva formalização do pedido.

18.1.4 A Contratante terá um prazo de até 05 (cinco) dias para se manifestar quanto a solicitação que trata o item anterior.

18.1.5 A assinatura do aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

18.2 O reajuste será concedido mediante apostilamento, conforme dispõe o § 6.º do art. 170 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

18.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

18.3.1 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

18.3.1.1 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

19.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: Hospital Regional do Sudoeste - HRS

Fonte de Recursos: 1 – CONTRATO DE GESTÃO

Programa de Trabalho: De acordo com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e é compatível com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigentes, nos termos do art. 18, caput, da Lei nº 14.133/2021.

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.24.00 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS

19.2 O empenho da despesa não excederá o valor das obrigações administrativas a serem cumpridas no exercício financeiro em curso.

20. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, atendidas as condições do art. 15 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e do Decreto n.º 10.086, de 2022 e aquelas estabelecidas neste edital, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

20.1 As empresas consorciadas deverão ter objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado.

20.2 Os Documentos de Habilitação (Anexo II) deverão ser apresentados por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, também na proporção de sua respectiva participação.

20.3 A empresa consorciada está impedida de participar desta licitação através de mais de um consórcio ou isoladamente, inclusive na condição de subcontratada de outra licitante.

20.4 Os integrantes do consórcio respondem de forma solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato.

20.5 A alteração da constituição ou da composição do consórcio depende de prévia e expressa autorização da Contratante, mantidas as premissas que asseguram a habilitação da(s) consorciada(s) e do consórcio.

20.6 A empresa líder será a representante do consórcio perante a Contratante e deverá subscrever a proposta de preços, em nome do consórcio.

20.7 Qualquer uma das consorciadas poderá apresentar, em nome do consórcio, a garantia da execução, quando exigida.

20.8 O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitado, até sua aceitação definitiva.

20.9 Os consorciados não poderão constituir nova pessoa jurídica, nem adotar denominação própria diversa de seus integrantes.

20.10 Estará impedida de participar do consórcio a empresa na qual figure, entre seus diretores responsáveis técnicos ou sócios, pessoa que seja funcionário, diretor, responsável técnico ou sócio de outra empresa consorciada.

20.11 Tratando-se de consórcio, o licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio no órgão oficial competente, nos termos do compromisso.

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

22. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022.

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, 26 de janeiro de
2026.

(Assinado eletronicamente)

Rafaela Franco Ferrari

Assistente Administrativo nível II

FUNFEAS/DS/GCOMP

Responsável pela compilação das informações do Termo de Referência

(Assinado eletronicamente)

Adyr Decker Júnior
Assistente Administrativo nível I
FUNFEAS/DS/GCOMP
Responsável pela verificação das Informações

1. Ciente

(Assinado eletronicamente)

Karoline Villarreal Pedrozo
Gerente de Compras
FUNFEAS/DS/GCOMP

(Assinado eletronicamente)

Milton Proença Júnior
Diretor de Gestão de Suprimentos
FUNFEAS/DS

ANEXO II

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de **2 (duas) horas**, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

1.1 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços GMS, no portal <https://gms.pr.gov.br/>, e os documentos abaixo descritos, salvo os já estejam contemplados e válidos no referido certificado:

A documentação de habilitação referida no Capítulo do Título II da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 poderá ser:

- a) apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;
- b) substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei;
- c) dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor indicado no inciso III do art. 70 da Lei n.º 14.133/2021.

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.4 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.4.1 O fornecedor deverá encaminhar:

1.4.1.1 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1.4.1.2 Serão considerados aceitos como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

1.4.1.2.1 Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na junta comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os termos de abertura e encerramento.

1.4.1.2.2 Em caso de empresa que ainda não possua balanço patrimonial e demonstrações contábeis já exigíveis, por ser recém-constituída, apresentação de cópia do balanço de abertura, devidamente registrado na junta comercial ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e de encerramento, devidamente registrados na junta comercial da sede ou domicílio do licitante.

1.4.1.3 Para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

1.4.1.4 a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = -----;
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total
SG = -----;
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante
LC = -----; e
Passivo Circulante

1.4.1.5 As empresas, cadastradas ou não no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços GMS, no portal <https://gms.pr.gov.br/>, deverão apresentar resultado: superior ou igual a 1,0 (um) no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a 1,0 (um) no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a 1,0 (um) no índice de Liquidez Corrente (LC).

1.4.1.6 As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

1.4.1.7 As empresas deverão comprovar capital ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou item pertinente, caso não atenda os índices econômicos exigidos.

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.5.1 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s).

1.5.1.1 Entende-se por compatibilidade das características e quantidades, o fornecimento de materiais utilizados na manutenção das instalações hidráulicas em quantidade de no mínimo 05 % (cinco por cento) em relação a quantidade de bens exigida para cada lote.

1.5.1.2 Para atendimento do quantitativo exigido no subitem anterior, será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica.

1.6 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V).

1.7 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO VIII**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 12, parágrafo único, do Decreto Estadual n.º 2.474, de 2015).

1.7.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.7.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.8 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.9 Na hipótese do item 1.7.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.10 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.11 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

ANEXO III
MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx Ano: xxx

DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor:			
CNPJ/CPF :	Inscrição Estadual :		
Endereço			
Bairro:		Cidade:	Estado:
CEP:			
Telefone:	Fax:	e-mail:	
Banco:	Agência:	Conta-corrente:	

Constitui objeto desta licitação: Aquisição de **OBJETO**, para atender ao(à) ÓRGÃO/ENTIDADE.

1. Especificações técnicas:

Lote 1	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
Item 1							

2. A validade da proposta é de 180 (cento e oitenta) dias.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

4. O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa. Nas operações previstas com o benefício do ICMS, na proposta de preço, o valor não pode ser maior do que o máximo UNITÁRIO estimado para o item, independentemente de tratar-se de "operação interna", conforme estabelece o Convênio ICMS n.º 26, de 2003 - CONFAZ.

4.1 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS 26, de 2003 - CONFAZ deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

4.2 para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 4 e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital.

5. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

6. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

Representante Legal

ANEXO IV

MODELO DE PROCURAÇÃO ¹

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX,, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX,, CPF n.º XXXXXXXX,, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º XXXX/XXXX, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE

¹

A procuração deverá ser acompanhada de cópia do documento oficial de identidade do outorgado.

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

- a) que não incide em nenhuma das situações contidas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;
- b) que não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- c) que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- d) que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal;
- e) que não incide em nenhuma das situações impeditivas à contratação, indicadas no Decreto Estadual nº 2.485/2019, que veda o nepotismo nos Órgãos e entidades estaduais nas contratações celebradas pela Administração Pública do Estado do Paraná;
- f) que atesta o atendimento à Política Pública Ambiental de licitação sustentável, em especial, que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada;
- g) que consente com o fornecimento de dados pessoais em atendimento à LGPD;
- h) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; e
- i) que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega da proposta.

Local e data.

Nome do representante legal

ANEXO VI

LOCAIS DE ENTREGA

HOSPITAL REGIONAL DO SUDOESTE (HRS)	
Local de Entrega: Rodovia Contorno Leste, nº 200, bairro Água Branca, Francisco Beltrão/PR	
Responsável pelo Recebimento: Dilson José da Silva (Almoxarifado)	
Telefone: (46) 3199-1700	
Horário de Funcionamento: 07h30 às 17h30	

ANEXO VII**ANEXO À NOTA DE EMPENHO**

A minuta de contrato será substituída por anexo a nota de empenho, tendo em vista que os pedidos serão para entrega imediata, conforme estabelecido no Termo de Referência, dos quais não resultam obrigações futuras nos termos do art. 95, II da lei 14.133/2021.

NOTA DE EMPENHO Nº XXXXXXXX**VALOR XXXXXXXX**

1 DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO: Integra este instrumento o Edital de Pregão Eletrônico n.º XXXXXXXX, bem como os seus Anexos e o Descritivo da Proposta de Preços constantes do Protocolado n.º 23.693.019-0, independentemente de transcrição.

2. DO PAGAMENTO:

2.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

2.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

2.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

2.3 O prazo estabelecido no item 2.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

2.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

2.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

3 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR:

3.1 São obrigações do Contratado:

3.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

3.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

3.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

3.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

3.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

3.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

3.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

3.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

3.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

3.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

3.1.10 Compete A CONTRATADA, tanto na aquisição de bens quanto na prestação de serviços, assegurar o cumprimento integral da logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo, proporcionalmente ao volume fornecido ao Poder Público, responsabilizando-se pela destinação final ambientalmente adequada.

3.1.10.1 Entende-se por logística reversa o conjunto de ações, procedimentos e meios voltados à coleta e restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, com vistas ao seu reaproveitamento no mesmo ciclo produtivo ou em ciclos distintos, ou à sua destinação final ambientalmente adequada.

3.2 São obrigações do Contratante:

3.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

3.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

3.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

3.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

3.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

3.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

3.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

3.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

3.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

3.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

3.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

4 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

4.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

4.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

4.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

4.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

4.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

4.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

4.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022, e na Lei n.º 20.656, de 2021.

4.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

4.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

4.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

4.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

5 DOS CASOS DE EXTINÇÃO

5.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

5.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

5.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

5.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

5.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

5.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

5.4 O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

6 DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Este instrumento é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos.

7 DO FORO: As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º ____/_____, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- () MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- () MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.
- () COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;
2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Local e data

Representante Legal

ANEXO IX

DECLARAÇÃO LGPD.

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal